

Izaías Serafim de Lima Neto



Universidade do Estado do Rio Grande do
Norte (UERN)

izaiasserafimneto@outlook.com

Francisco Vieira da Silva



Universidade Federal do Pampa, Campus
Uruguaiana (UNIPAMPA)

francisco.vieiras@ufersa.edu.br

O TRIÂNGULO DISCIPLINA, BIOPOLÍTICA E GOVERNAMENTALIDADE NA PANDEMIA DE COVID-19: UM ESTUDO DE POSTAGENS DE SECRETARIAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO NO *INSTAGRAM*

RESUMO

O artigo analisa as configurações da educação no decurso da pandemia da Covid-19, a partir da triangulação formada pelos conceitos de disciplina, biopolítica e governamentalidade, desenvolvidos pelo autor francês Michel Foucault. O *corpus* de análise é composto por cinco postagens publicadas em perfis oficiais de três secretarias estaduais de educação, a saber: Secretaria da Educação do Ceará (@seduc_ce); Secretaria de Estado da Educação do Piauí (@seducpi); Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (@seducsp). Em relação à metodologia, trata-se de um estudo descritivo-interpretativo de natureza qualitativa. A análise do material coletado permite constatar o enfoque disciplinar, radiografado especialmente no tocante a como os discentes devem se comportar no âmbito ensino domiciliar, as estratégias biopolíticas, que perfilam a saúde desses discentes e de seus familiares, por meio de recomendações de cunho sanitário e, por fim, o governo desses corpos e subjetividades que estão ausentes do espaço físico da escola, em razão da pandemia, mas não incólumes às capturas da governamentalidade.

Palavras-chave: Disciplina. Biopolítica. Governamentalidade. Educação.

THE TRIANGLE OF DISCIPLINE, BIOPOLITICS AND GOVERNAMENTALITY IN THE COVID-19 PANDEMIC: A STUDY OF POSTS FROM STATE EDUCATION DEPARTMENTS ON *INSTAGRAM*

ABSTRACT

The article analyzes the configurations of education during the Covi-19 pandemic, based on the triangulation formed by the concepts of discipline, biopolitics and governmentality, developed by the French author Michel Foucault. The analysis corpus consists of five posts published in official profiles of three state education departments, namely: Ceará Department of Education (@seduc_ce); Piauí State Department of Education (@seducpi); São Paulo State Department of Education (@seducsp). Regarding the methodology, it is a descriptive-interpretative study of a qualitative nature. The analysis of the collected material allows us to verify the disciplinary approach, radiographed especially with regard to how students should behave in the context of home education, the biopolitical strategies which profile the health of these students and their families, through recommendations of a sanitary and, finally, the government of these bodies and subjectivities that are absent from the school's physical space, due to the pandemic, but not unaffected by the captures of governmentality.

Keywords: Discipline. Biopolitics. Governmentality. Education.

Submetido em: 07/09/2020

Aceito em: 06/10/2020

Publicado em: 31/08/2021



1 PALAVRAS INICIAIS

Final de 2019. O mundo assiste, com cautela, à explosão de casos de pneumonia na cidade de Wuhan, China. Janeiro de 2020. Organizações globais de regulação sanitária dão conta de que os países se preparassem para a realização de testes e monitoração de suspeitos de contaminação por um novo coronavírus – o Sars-CoV-2 – agente patógeno semelhante a outros que provocam a gripe comum, mas que, dessa vez, causa, em alguns pacientes, uma síndrome respiratória aguda grave cujas complicações caracterizavam a Covid-19. Conforme destacam Vasconcellos-Silva e Castiel (2020, p. 2), embora já bem conhecido nos círculos de especialistas e suficientemente divulgado no início do século “[...] (sabido que a SARS é causada por um tipo de coronavírus e foi bastante midiaticizada no começo dos anos 2000), o termo “coronavírus” é novo no imaginário social e a compreensão científica sobre suas mutações também muda diariamente”. Fevereiro de 2020. O número de casos avança de maneira tenaz na Europa e nos Estados Unidos, Coreia do Sul e Irã. Março de 2020. A Organização Mundial de Saúde (OMS) define o novo coronavírus como uma pandemia de proporções globais e defende a adoção, por parte de vários países do mundo, de certas estratégias de combate, como o aumento no número de testes e o monitoramento de pacientes suspeitos, com o fito de minimizar a propagação do vírus e evitar o colapso dos sistemas de saúde. Segundo a organização, os países que apresentassem a transmissão comunitária deveriam adotar medidas mais drásticas, como o fechamento de escolas, a suspensão ou adiamento de eventos públicos e quaisquer outros acontecimentos que pudessem desencadear a aglomeração de pessoas.

No fim de fevereiro, o Brasil registra o primeiro caso de coronavírus. Tratava-se de um paciente da cidade de São Paulo, de 61 anos, que apresentava registro de viagem à Itália. Poucos dias depois, surgem, em outras capitais, ocorrências que vão aos poucos se acumulando até culminar na primeira morte, ocorrida em 17 de março, na cidade de São Paulo. Nesse período, efetuam-se as primeiras medidas de distanciamento social no país e o fechamento de escolas e estabelecimento comerciais considerados não essenciais. Apesar dos conflitos constantes criados pelo governo federal com governadores e com os ministros da Saúde, houve uma atuação mais ou menos coordenada por parte do poder público nos âmbitos estaduais e municipais em fazer cumprir as recomendações da OMS.

Desse modo, com as aulas presenciais suspensas, figuraram-se uma série de estratégias que visavam a garantir o acesso dos discentes à educação, por meio do emprego de medidas emergenciais. Se, por um lado, o setor privado aderiu rapidamente ao uso de tecnologias digitais, o setor público, com todas as problemáticas que o atingem, foi de modo lento adotar certas providências que até os dias que ocorrem (agosto de 2020), são consideradas, em muitos casos, ineficientes. Segundo um levantamento do portal G1¹, feito como base numa pesquisa realizada pelo Datafolha, 20% dos estudantes brasileiros não receberam nenhuma atividade escolar durante a pandemia da Covid-19 ainda em ascensão em vários estados do país.

Há uma discrepância visível entre as regiões do país, de maneira a evidenciar as desigualdades sociais existentes. Assim, enquanto nas regiões Sul e Sudeste, a modalidade de ensino remoto foi mais presente, no Norte e Nordeste, o número de discentes assistidos foi menor. Ainda de acordo com outra reportagem do G1², desde março de 2020, algumas redes estaduais adotaram como estratégia antecipar as férias e ganhar tempo, como Alagoas, Amapá, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe. Os demais estados e o Distrito Federal decidiram pela suspensão do calendário escolar. Seguidamente, pelo menos dezesseis estados adotaram a opção do ensino remoto como uma medida de cumprimento de carga horária do ano letivo.

Todavia, não houve uma ação coordenada entre os estados, de modo que cada unidade da federação empregou uma estratégia distinta, desde o uso de tecnologias digitais, a TV aberta, a entrega de materiais impressos e a emissão de atividades através de aplicativos virtuais de envio de mensagens, como o *WhatsApp*. Para arrematar o descompasso, várias redes municipais não aderiram a tais mecanismos e, de acordo com a reportagem do G1, pelo menos sete capitais brasileiras não adotaram quaisquer atividades no formato remoto.

Embora uma medida provisória do governo federal, editada em 1 de abril de 2020, preveja que as redes de ensino e as universidades não estão obrigadas a cumprirem a quantidade mínima de dias letivos e, posteriormente, o MEC tenha homologado parcialmente o parecer nº 11/2020, do Conselho Nacional de Educação (CNE) e

¹ Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/07/21/a-cada-dez-alunos-dois-estao-sem-qualquer-oferta-de-atividade-escolar-durante-a-pandemia-aponta-levantamento.ghtml>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

² Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/05/21/estudantes-pais-e-professores-narram-apagao-do-ensino-publico-na-pandemia-em-7-estados-e-no-df-atividade-remota-nao-vai-contar-para-o-ano-letivo.ghtml>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

autorizado que as atividades remotas possam contar como carga horária para o ano escolar de 2020, as redes encontram dificuldades de operacionalizar o ensino remoto em função da precariedade dos discentes em relação ao acesso a tecnologias digitais de informação e comunicação.

De acordo com uma reportagem do *site* Agência Brasil³, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Tecnologias de Comunicação e Informação (Pnad Contínua TIC 2018) demonstrou que um a cada quatro brasileiros não possuem acesso à *internet* no Brasil. Conforme o estudo, esse dado corresponde a 46 milhões de brasileiros e as disparidades de acesso são matizadas por fatores como renda familiar, grau de escolaridade e as dimensões do espaço geográfico (áreas urbanas e rurais). Outra informação que nos parece relevante é que cerca de 58% dos que possuem acesso à rede digital o fazem exclusivamente a partir do aparelho celular. O número de usuários que usou computadores para se conectar caiu de modo drástico de 80%, em 2014, para 42%, em 2018. Se por um lado, o acesso via celular amplia a presença dos brasileiros na rede; por outro, mina a possibilidade de realizar operações mais robustas que demandam certas propriedades que tais aparelhos não comportam. Além disso, a qualidade da *internet* é outro fator que pode dificultar a efetivação do ensino remoto, tendo em vista que os discentes podem não conseguir baixar vídeos e outros materiais e nem participar de atividades síncronas.

Frente a esse cenário complexo, este texto busca articular uma tríade de conceitos erigidos pelo filósofo francês Michel Foucault e rediscutidos por outros autores que nos parecem produtivos para pensar as configurações da educação no decurso da pandemia da Covi-19, quais sejam: disciplina, biopolítica e governamentalidade. Cada um desses conceitos, seguindo a metáfora da geometria, formam vértices de um curioso triângulo que envolve a gestão da educação, o governo da saúde e a administração das condutas dos sujeitos discentes na conjuntura pandêmica que nos tomou de assalto. Para tanto, analisamos as estratégias que fazem funcionar a disciplina, a biopolítica e a governamentalidade em discursos que circularam em perfis de secretarias de educação no *Instagram*.

Na intrincada rede de conceitos tecida pelo filósofo francês Michel Foucault, as noções antes referidas fazem parte da fase chamada de *genealogia do poder*, na qual o pensador se propôs a pensar nas relações entre o poder e a verdade no decurso da

³ Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/um-em-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-acesso-internet>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

história. Dessa feita, o autor identifica, a partir de meados do século XVIII, formações históricas que fazem brotar certas tecnologias de poder voltadas ao corpo, de modo a torná-lo dócil e útil, cujas forças foram imprescindíveis na constituição da sociedade capitalista. Essas tecnologias compõem o que o autor denomina de poder disciplinar. As instituições que fazem esse poder funcionar constituem as fábricas, os quartéis, os hospitais e as escolas. Paralelamente a isso, o autor vislumbra certas mutações nos modos como a vida entre em jogo por meio da emergência do corpo populacional como uma preocupação política, de modo a compor o que o autor denomina de *biopoder* e de *biopolítica*, ou seja, uma mecânica de poder articulada à proteção e à seguridade da vida a funcionar de acordo com determinadas estratégias de administração social. Tudo isso se atrela a uma noção mais vasta a qual abarca as mudanças presentes nas artes de governar, por meio da sofisticação de uma miríade de técnicas nas quais o Estado, por meio de saberes racionais, produz uma governamentalização do corpo populacional, ao mesmo tempo em que postula, a partir das mudanças nas conjunturas sociais, que os sujeitos sejam gestores de si mesmos.

Perseguindo as trilhas foucaultianas, entendemos que a educação constitui-se como um dispositivo de saber-poder que produz subjetividades e modos de ser e estar no mundo. Num momento em que a vida biológica encontra-se ameaçada, cremos que a educação, para além da instituição escolar, desponta como uma instância fundamental no governo da população. Podemos ilustrar, como exemplo, uma diversidade de discursos que destacam o fato de as medidas de contenção à pandemia serem mais efetivas em países onde o nível educacional é mais elevado, de modo a associar o cumprimento de medidas com uma certa inclinação sócio-histórica da população, averiguada por uma conscientização advinda da apreensão de saberes profiláticos advindos da formação escolar. Certamente, por motivos vários que não cabem ser deslindados aqui, os EUA destoam dessa associação, pois até a finalização deste texto figurava como o país que em que havia o maior número de casos e de mortes por Covid-19. De todo modo, o que estamos querendo argumentar é que subsiste no imaginário social uma estreita relação entre a adesão (ou não) a orientações sanitárias e o modo como os sujeitos foram disciplinados pelo dispositivo escolar.

Ademais, pensamos com Gallo (2017), quando o autor nos fala que a produção das políticas públicas educacionais no Brasil estão intrinsecamente aliadas à centralidade da formação da cidadania – condição prevista em dispositivos normativos como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB

9.394/96), o que supõe a atuação de uma governamentalidade, pois “o cidadão do Estado democrático é o cidadão governável. Somos constituídos como cidadãos para que possamos ser governados” (GALLO, 2017, p. 1506). Essa condição de cidadão é continuamente reclamada na atualidade, porém quase sempre destituída do sentido de pluralidade que os documentos governamentais citados evocam. Em suma, no contexto pandêmico, o governo da população implica a atuação de micropolíticas e macropolíticas, as quais estão abrigadas sob o signo da cidadania, ao preconizar um governo de si mesmo e um governo do outro. Seguimos a indagação proposta por Gondra (2018, p. 161), “como governar as famílias e escolares que compulsoriamente são conduzidos às celas da escola?”.

2 METODOLOGIA

Para discutirmos as questões de mencionadas de maneira mais pormenorizada, tomaremos como objeto de análise cinco postagens publicadas em perfis oficiais de três secretarias estaduais da educação, a saber: Secretaria da Educação do Ceará (@seduc_ce); Secretaria de Estado da Educação do Piauí (@seducpi); Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (@seducsp). A escolha por esses perfis efetivou-se pelas seguintes razões: i) o fato de a presença dessas contas institucionais nas redes sociais estar vinculada à produção de um *marketing educacional*, nos termos de Colombo *et al* (2005), pois essas agências estatais encontram nas plataformas digitais a oportunidade de divulgar as ações e serviços e fidelizar o público; ii) o fato de a pandemia da Covid-19 ter recrudescido o uso das tecnologias digitais para as mais diversas finalidades, haja vista a impossibilidade dos contatos presenciais e, desse modo, as secretarias valem-se de tais artefatos para fazer o seu trabalho. As materialidades que serão analisadas são as abaixo descritas:

- **Figura 1** : postagem realizada pela Secretaria de Educação do Ceará no dia 17 de junho de 2020⁴;
- **Figura 2**: postagem realizada pela Secretaria de Educação do Ceará em 12 de junho de 2020⁵;

⁴ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CBiaz8YiviF/?igshid=7ugrrydkdf8e>> Acesso em 17. jun. Jun.2020.

⁵ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CBWkISyFy0l/?igshid=1qxhkv8nt7ena>> Acesso em 12 de jun. 2020.

- **Figura 3:** postagem realizada pela Secretaria de Educação do Ceará em 05 de junho de 2020⁶;
- **Figura 4:** postagem realizada pela Secretaria de Educação do Piauí em 18 de maio de 2020⁷;
- **Figura 5:** postagem realizada pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo em 12 de abril de 2020⁸.

Para a escolha dessas materialidades, buscou-se averiguar nestas temáticas e procedimentos comuns: postagens de cunho expressamente orientador, tendo como objeto discursivo o isolamento social durante a pandemia e as atividades educativas. Prezou-se por postagens que tematizem cuidados e práticas cotidianas, tais como foco nos estudos e práticas de higienização e cuidado da saúde.

Do ponto de vista da metodologia, trata-se de um estudo descritivo-interpretativo, tendo em vista que será por meio da descrição e interpretação do material coletado que poderemos investigar o funcionamento das estratégias disciplinares, biopolíticas e de governamentalidade. Além disso, a pesquisa é essencialmente qualitativa, porquanto importa analisar o fenômeno no âmbito da qualidade, sem relacioná-lo a variáveis, frequências e números.

Assim, organizamos a nossa escrita da seguinte forma: inicialmente, traremos uma retomada dos conceitos de poder disciplinar, biopoder, biopolítica e governamentalidade. Após essa discussão, introduziremos as materialidades a serem analisadas, buscando averiguar como a posição de sujeito institucional das secretarias de educação operacionaliza práticas discursivas que fomentam o disciplinamento dos corpos, a condução das condutas e práticas de exame de si e governo como formas de combater a propagação do Novo coronavírus e a diminuição das taxas de adoecimento por Covid-19. Na última seção, tratamos de dar um efeito de fim para as discussões desenvolvidas neste texto.

⁶ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CBESCHmqKvO/?igshid=1kc6aglnvvpqr>> Acesso em 05 jun. 2020.

⁷ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CAVBZuglA38/?igshid=2ljobgkqtqnp>>. Acesso em 18 mai. 2020.

⁸ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/B-4iWxMF8hT/?igshid=1d55r56ub8cso>>. Acesso em 12 de abr. 2020.

3 AS VÉRTICES DE UM TRIÂNGULO FOUCAULTIANO

O filósofo francês Michel Foucault ficou conhecido internacionalmente por revolucionar o modo de fazer filosofia, trazendo à baila a discussão sobre *quem somos nós hoje* e, por isso, desafiando as mais variadas fronteiras entre as vertentes do conhecimento, com vistas a diagnosticar o presente. Para buscar respostas a essa problemática, Foucault empreendeu uma vasta pesquisa, que perpassou campos diversos, tais como a Psiquiatria, a Medicina, a Economia, a Linguística, a Política, e a História. Os estudos do autor abarcaram temáticas também diversas, as quais foram por muito tempo invisíveis aos olhos da analítica vigente, dentre os quais podemos destacar as questões relativas à constituição do sujeito e a sua problematização sobre o poder.

É impossível desvencilhar as temáticas abordadas por Foucault, no sentido de que há um encadeamento analítico para que o filósofo tenha construído sua *caixa de ferramentas*. Explicamos isso a partir da sua trajetória intelectual: iniciada a partir da década de 1960, os estudos arqueológicos de Foucault vão desde a *História da Loucura*, até o *Nascimento da Clínica*, *As Palavras e as coisas* e *Arqueologia do Saber*, obras que trazem uma percepção de como o homem foi tomado como objeto de estudo das ciências humanas, bem como sobre a emergência e configuração do saber clínico na sociedade ocidental.

Em segundo momento, Foucault volta-se para problematizar o poder e o percebe fora da escala verticalizada que preponderava antes de suas assertivas, isto é, o filósofo organiza sua *analítica do poder* com vistas a desmistificar a noção de poder hierarquizado, cuja ordem descende das instituições, dos sujeitos governadores. Para Foucault (1995), o poder é um encadeamento de relações entre os sujeitos, uma teia sinuosa e móvel que se produz infinitamente por meio de ações sobre outras ações possíveis.

Em um terceiro momento, Foucault verticaliza seus estudos para pensar o que nomeia como *Ética e Estética da existência*, moral que nasce nos primórdios da sociedade grega, perpassa o Império Romano e se atualiza e espraia na sociedade cristã do Ocidente de modo meticuloso e molecular. Nesse momento de sua produção, Foucault elabora noções preponderantes para se pensar o presente, dentre as quais a *vontade de verdade* (FOUCAULT, 2015a), o *uso dos prazeres* (FOUCAULT, 2015b) e o *cuidado de si* (FOUCAULT, 2015c) destacam-se. Tais discussões reverberam até a atualidade, no

sentido de que é flagrante a imanência do arsenal foucaultiano sobre a tríade saber-poder-sujeito para compreendermos o nosso tempo e nosso ser atual.

A discussão em torno do poder ganha novos contornos com a genealogia foucaultiana. Perspectivas diversas, como a marxista, entendem o poder como habilidade/status/condição de domínio sobre os demais, isto é, o poder é afinado com determinações hierárquicas que existem numa escala vertical e descendente. Assim, o poder, para tais campos de estudo, é possuído, tomado e executado a partir de quem é suscetível a ser dominado por inteiro e de quem possui tal capacidade.

A ótica foucaultiana problematiza o poder não como algo centrado numa figura dominadora, como eram os príncipes monárquicos, mas como exercício constante, maciço, microexistente, tático e estratégico. Para Foucault (1995), o poder é positivo, no sentido de que ele está mais para a produção de comportamentos que para a repressão. Por isso, o poder é enredado e não se concentra numa instituição nem em um sujeito que ordena todas as possibilidades do poder: ele é um emaranhado de práticas de sujeitos sobre outros sujeitos. É, como apregoa o filósofo, um exercício constante e calculado de ações sobre as ações alheias, premeditando-as, tomando-as para incentivo, para um meticuloso procedimento e controle.

Nesse sentido, o poder é *exercido* em sociedade nas mais ínfimas práticas discursivas. A esse exercício, Foucault (1995) o caracteriza menos como embate entre pares e mais como prática de condução. Assim, realiza-se no ordenamento de probabilidades, exercício constante de condução de condutas. Nessa ótica, o poder é primordialmente da ordem do governo e menos da ordem do enfrentamento, da colisão de interesses. (FOUCAULT, 1995).

Nessa perspectiva, Foucault descreve três tipos específicos de poder, os quais têm-se refinado nas sociedades modernas, especialmente a partir de meados do século XVIII com a queda dos grandes regimes monárquicos e gênese dos estados nacionais. O primeiro desses três tipos de poder é o *disciplinar*, o qual emerge a partir da ampliação da produção fabril do século XVIII. O poder disciplinar toma corpo na execução procedimental de um detalhado governo do detalhe (FOUCAULT, 2014).

Leia-se esse tipo de governo como a execução minuciosa de procedimentos de docilização, normatização e individualização do corpo trabalhador. O poder disciplinar pauta-se, essencialmente, pela produção de comportamentos meticulosamente calculados para tornar os indivíduos sujeitos produtivos, dóceis e com atenuada capacidade de rebelar-se. É necessário pensar a emergência desse poder no contexto da

Revolução Industrial, época em que se tornou necessário tanto mais trabalhadores quanto eficiência e produtividade dos sujeitos fabris. Nessa ótica, a eficiência está diretamente ligada ao controle dos gestos, à normatização e hierarquização dos corpos. (FOUCAULT, 2014).

Diante disso, Foucault (1999) fala-nos de técnicas de disciplina, cujos efeitos são explícitos através de procedimentos que racionalizam e empreendem uma economia de técnicas, conglomerando um sistema tático de vigilâncias, hierarquias e inspeções (as quais lançam efeitos diversos, como a condução milimétrica da higiene, do cuidado sanitário em torno do corpo, especialmente em tempos pandêmicos, como veremos mais à frente em nossas análises). A tecnologia disciplinar, nesse aspecto, torna procedimental, calculado, hierárquico o menor dos movimentos do corpo e a mínima ação efetiva-se sob a égide de um governo detalhista, o qual especifica a ordem do ínfimo como processo de cuidado e gestão de si.

Dando continuidade à problematização, Foucault apresenta-nos o segundo tipo de poder: *O biopoder*. O filósofo argumenta que, quanto ao poder disciplinar, a captura da individualização dos sujeitos em fábricas, escolas, hospitais, exércitos, produziu, nas democracias, o agrupamento desses corpos individuais em grupo populacional. O Estado, então, toma para si o lugar de gestor dos corpos e essa gestão incide de modo fulcral sobre o biológico.

Nessa perspectiva, a estatização do corpo biológico dos sujeitos, indivíduos da população, ocorre por meio de estratégias biopolíticas de gestão, as quais funcionam numa oposição ao poder que prevalecia antes dos estados democráticos: o poder soberano. Segundo as teorizações foucaultianas, a figura do soberano tinha domínio copioso sobre as vidas de seus súditos, isto é, a soberania baseava-se na tutela da existência dos indivíduos a ela subordinados, de modo que “O direito de soberania é, portanto, o de fazer morrer ou de deixar viver.” (FOUCAULT, 1999, p. 287).

Em relação ao biopoder, observa-se uma transmutação nessa relação: primeiro porque o soberano obtinha esse posto através de meios tais como descendência ou vitórias bélicas sobre determinado povo; segundo, o poder dos estados ditos democráticos funciona sob um acordo tácito segundo o qual os sujeitos aceitam ter suas existências geridas por um corpo administrativo que compõe a estrutura democrática. Após a queda do poder soberano e a incursão do estado sobre a vida biológica da população, emerge um novo tipo de direito: “[...] o direito de fazer viver e de deixar morrer”. (FOUCAULT, 1999, p. 287).

O foco desse novo direito é a preservação da vida da população, através de um cuidado atento que objetiva produzir sujeitos saudáveis, afastados das possibilidades de adoecimento: esse foco é individualizante e totalizante, isto é, o corpo é individualizado e posto num jogo em que a preservação de si é essencial a preservação do todo populacional. Conforme Calomeni (2018, p. 230), “[...] a população é o grande problema, a um só tempo, econômico, científico e político, problema biológico e problema de poder, objeto de conhecimento e de controle”.

Ao refletir acerca do conceito de governamentalidade, Foucault (2008a) volve seu olhar sobre variados tratados que se formaram por meio de conselhos ao príncipe, materializados nos modos como este deveria comportar-se diante de seus súditos, com o intuito de exercer o poder e o domínio sobre as terras. De acordo com o autor, esses tratados estão presentes desde a Antiguidade, mas, a partir de meados do século XVI e final do século XVIII, não se propõem a ofertar conselhos ao príncipe, senão constituir artes de governar atreladas às mudanças históricas que sacudiram a política a partir da superação do modelo feudal e a instalação dos grandes estados nacionais, bem como a Contra-Reforma, cujos questionamentos abalam sensivelmente o governo das almas e a busca pela salvação. Essa literatura, nomeada por Foucault (2008a), de anti-maquivélica, numa referência explícita aos ensinamentos subjacentes à obra *O príncipe*, coloca em suspensão as fragilidades do principado e as relações que estabelecem com os súditos. Desse modo, o autor destaca que o príncipe encontra-se numa relação de exterioridade, de transcendência e de singularidade em relação ao principado e isso faz com que a população não seja o alvo de atuação do poder real. Ora, o foco incide sobre as ameaças territoriais constantes a que o regime do principado está sujeito e à desconfiança tenaz de conspiração e, com isso, não há uma relação direta com os sujeitos, mas, sim, com o espaço físico.

Dessa feita, as artes de governar postulam que a prática de governo está presente nos mais diversos espaços e relações sociais, na família, no convento, na escola, dentre outros mecanismos que instauram efeitos de poder. Não obstante, o soberano não considera esses outros tipos de poder como celulares na composição de um governo coletivo. Na perspectiva das artes de governar, há uma relação contínua entre o governo de si mesmo (por meio de si mesmo), o governo doméstico (a economia) e o governo do Estado. Para que se chegasse ao que Foucault (2008a) denomina de governamentalidade, foi necessário um desbloqueio entre a soberania e a chamada economia, ou seja, o governo no âmbito da família. Tal desbloqueio efetivou-se através da

emergência da população como um problema político, corolário da explosão demográfica do século XVII, bem como a abundância monetária a expansão agrícola.

De acordo com Foucault (2008b), o Estado constrói-se a partir de uma razão, que prescinde de se preocupar com a salvação, conforme propunha o poder soberano da Idade Média, nem tampouco estabelecer uma benevolência paterna com os súditos, numa relação que lembrava o vínculo entre pais e filhos. Nas palavras de Foucault (2008b, p. 7), “[...] o Estado não é uma casa, nem uma igreja, nem um império. O Estado é uma realidade específica e descontínua.” Essa razão governamental não é imposta pelos que governam aos governados, mas uma prática que delimita a posição respectiva dos governados e dos governantes, numa relação pautada pela liberdade e não pela dominação.

Em resumo, o pensador francês compreende por governamentalidade: i) o conjunto formado pelas instituições, procedimentos, análises e práticas que têm como foco a população; ii) a tendência ocidental constituída por um tipo de poder que se sobrepõe a outros mecanismos como a disciplina e a soberania e iii) os resultados de processos por meio dos quais o Estado de justiça da Alta Idade Média adquiriu feições de um Estado Administrativo, no interstício dos séculos XVI e XVI e foi sendo, a partir de então, governamentalizado.

Dando continuidade, compreendemos, a partir das leituras foucaultianas, que esse governo não ocorre apenas a partir do exercício da gestão do Estado sobre os corpos dos sujeitos, mas práticas de gestão de si, de governo e administração de si por parte dos próprios sujeitos. Esse tipo de governo baseia-se no princípio délfico, tomado e disseminado pela cultura greco-romana, do “Cuida-te de ti mesmo”. O cuidado de si é a mola da governamentalidade.

Foucault (2015a; 2015b; 2015c) apresenta-nos a história da sexualidade dos greco-romanos até o início da era cristã, de modo a demonstrar como se produziu socialmente o imperativo do ocupar-se de si como modo de preservação do todo social. As práticas do governo de si demonstram-se, na acepção do filósofo, como essenciais às práticas de governo dos outros. Cuidar de si é um exercício constante de exame e rememoração. Tais práticas, em que o foco é tomar gestão da própria conduta, incidem na tomada da gestão dos outros. O princípio de temperança norteia as práticas de si que formulam a governamentalidade.

Foucault (2006) informa-nos que tais procedimentos de cuidado de si foram tomados pela cultura cristã no ocidente aprimorando sua eficácia e impondo a primazia da

confissão como meio-modo de acesso à verdade e à salvação. As práticas de si helênicas e romanas baseavam-se na tomada completa e contemplação de si como exercício de ascese; já quando atualizadas pela ótica do Cristianismo, essas práticas tomaram o princípio de abandono de si a fim de alcançar objetivos metafísicos. Isto é,

O cuidado de si é uma espécie de agulhão que deve ser implantado na carne dos homens, cravado na sua existência, e constitui um princípio de agitação, um princípio de movimento, um princípio de permanente inquietude no curso da existência. (FOUCAULT, 2006, p. 11)

Tais práticas, centradas no sujeito em sua individualidade, tomam a relação com os demais sujeitos como princípio regulador, ou seja, cuidar de si é também exercitar o cuidado com os outros. Dentro da ótica disciplinar e biopolítica das sociedades modernas, podemos considerar o corpo como um alvo de técnicas que o normatizam, induzem ao gesto meticulosamente calculado e regrado, bem como promovem a gestão sinuosa de seu bem-estar, de sua saúde, de sua biologia. É nesse entremeio que o cuidado de si e as práticas de governo de si tomam ares explícitos: a disciplina e a biopolítica se amalgamam nas práticas de autogestão dos sujeitos, tornando-os o mais gestores de si, mais eficientes, produtivos, saudáveis e dóceis.

4 A EDUCAÇÃO NA PANDEMIA DA COVID-19: DISCIPLINA, BIOPOLÍTICA E GOVERNAMENTALIDADE

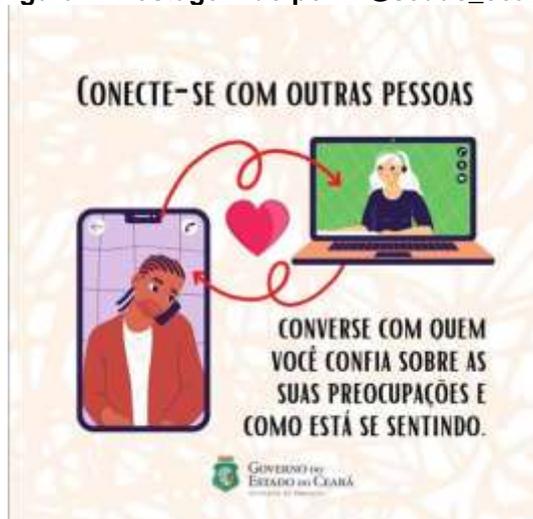
Segundo nosso objetivo, analisaremos a partir de agora as materialidades coletadas nos perfis oficiais de secretarias de educação estaduais brasileiras no *Instagram*: inicialmente, lidaremos com três postagens da Secretaria de Educação do Ceará; em seguida analisaremos uma postagem da Secretaria de Educação do Estado do Piauí e outra da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. É preciso que se perceba que o foco dessas postagens é, principalmente, o sujeito estudante. Esse sujeito é impelido de estar atento às notícias e conteúdos das secretarias de educação dado o fato de que ele é o alvo das práticas educacionais promovidas por essas instâncias de governo.

Para iniciarmos, analisemos as figuras 1 e 2.

Na figura 1, podemos observar a ilustração de dois sujeitos que participam de ato comunicativo: um utilizando um *smartphone* e outro um *laptop*. Observa-se que ambos os sujeitos tanto lançam mão dessas ferramentas quanto estão contidos dentro de objetos

similares. Entre os sujeitos, há setas na cor vermelha, que, em espiral, ligam-nos. Entre as setas, uma ilustração em cor vermelha, simulando um coração, é visível. Dois dizeres aparecem na ilustração: 1) *Conecte-se com outras pessoas*; 2) *Converse com quem você confia sobre as suas preocupações e como está se sentindo*.

Figura 1: Postagem do perfil @seduc_ceara



Fonte: *Instagram*

Figura 2: Postagem do perfil @seduc_ceara



Fonte: *Instagram*

Problematizemos, inicialmente, a composição visual da materialidade: os sujeitos contidos dentro de aparelhos digitais produzem um efeito de que a comunicação afetiva no período da pandemia é necessária. A premência em promover tais relações e fortalecer os vínculos sociais enlaça-se a uma estratégia biopolítica que se volta para a seguridade da saúde, especialmente mental, numa conjuntura insalubre advinda das medidas de distanciamento social. A ênfase nas tecnologias digitais como mediadoras desses afetos, consoante sublinha Lopes (2018), demonstra como tais artefatos

modificam cada vez mais a nossa forma de vida. Nesse momento de distanciamento físico, por vezes, é somente por meio desse dispositivo que os sujeitos podem se relacionar com os outros.

Nas postagens, podemos notar uma posição institucional que orienta, através de assertivas imperiosas verbalizadas (marcadamente vocativas pelo uso do sinal gráfico de exclamação, demarcando sonoramente a chamada de atenção e o aspecto imperativo do enunciado), a comunicação entre os sujeitos como preponderante durante a pandemia. Vemos irromper nesses enunciados a instrução para que os sujeitos estudantes, alvo direto da atuação das secretarias enquanto instâncias de poder, busquem conselho e auxílio de outrem, o que flagra a necessidade que se tem da prática de confissão na constituição de si (FOUCAULT, 2015a). Essa orientação não se efetua de modo fortuito, tendo em vista que os problemas de natureza psíquica, especialmente os transtornos de ansiedade e os casos de depressão, crescem de modo vertiginosamente no Brasil e em todo o mundo (ERHENBERG, 2010).

No cenário pandêmico, conforme um estudo realizado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), os casos de depressão aumentaram cerca de 90% no intervalo de um mês, após as medidas de isolamento social, com vistas a combater o novo coronavírus (UOL, 2020). As políticas governamentais começam paulatinamente a recobrir essas demandas e podemos citar como exemplo o texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2017, o qual apresenta as competências socioemocionais, que dizem respeito ao manejo e ao entendimento das emoções como constitutivas da construção da identidade e da relação com o outro. Dentre tais competências, é possível mencionar as habilidades de relacionamento, designadas, conforme o documento, como o exercício de uma escuta empática e o desenvolvimento de ações cooperativas no espaço escolar e fora dele. Desse modo, situamos a postagem em análise em condições históricas que fazem emergir uma preocupação biopolítica em torno das relações socioemocionais.

Foucault (2015a) afirma que nossa sociedade constitui-se frente a um enredamento de práticas confessionais, o que nos produziu sujeitos *confessantes*. A postagem vale-se da associação entre o cuidado e a confissão para orientar tais práticas. Na ótica cristã, a prática de confessar-se é um modo de abandonar-se, de alcançar a paz metafísica prometida nas mitologias judaico-cristãs. Na experiência greco-romana, a narrativa de si, escrita de si, era um exercício de produção da temperança (FOUCAULT, 2015b). Diante disso, consideramos que os enunciados da figura reverberam sugestões

confessionais a um *amigo* (para os helênicos e romanos) ou a um *pastor* (na cultura do cristianismo).

Compreendemos que as postagens aqui analisadas foram produzidas em um recorte de tempo específico: o período de pandemia do novo coronavírus e das estratégias de isolamento social. Durante esse período, aulas presenciais foram suspensas em todo o país e as comunicações tornaram-se ainda mais virtualizadas. Diante desse processo, a educação institucional foi alocada para plataformas digitais, aplicativos e *sites*, etc. Isso nos leva a considerar que as práticas de governo das instituições educativas também foram reelaboradas para terem efetividade nas esferas não-presenciais da comunicação. Assim, o incentivo à confissão e às práticas de narrativas de si reverberam o que já discutimos como governo de si e, desse modo, integra o amplo espectro da governamentalidade, conforme discutimos no tópico anterior.

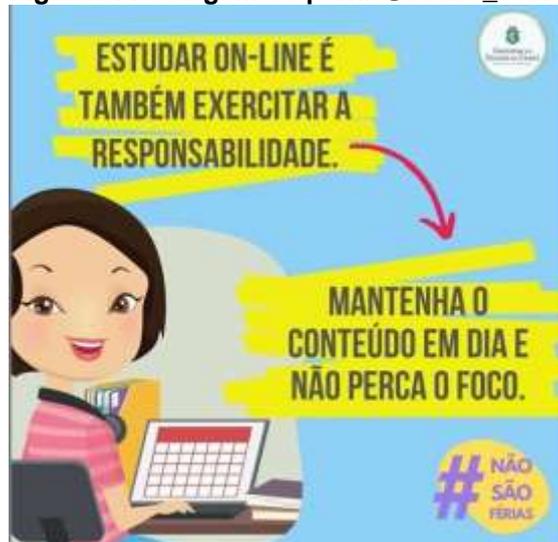
Dando continuidade às análises, vejamos a figura 2: na ilustração, temos novamente dois sujeitos afastados, os quais usam máscaras, mas que estão interligados por uma seta em espiral que simula corações. Logo abaixo, temos o seguinte enunciado escrito: “*Proteja quem você ama! Mantenha o isolamento social.*”. É flagrante o apelo às emoções e à afetividades como uma forma de fazer emergir uma experiência de mútuo cuidado entre os sujeitos. Os verbos no imperativo (*proteja, mantenha*) levam-nos a considerar a existência de um posicionamento discursivo de cunho diretivo, normatizado e disciplinador. Essa normatização e condução abarcam práticas de autogoverno, pois responsabiliza o sujeito estudante pela proteção e cuidado dos seus entes. Cabe, nesse sentido, ao sujeito alvo das diretivas praticar o isolamento social, como meio de demonstrar o afeto e apressar pelos familiares, para cuidar de si mesmo e do outro.

Em ambas as figuras, pudemos notar a relação entre o cuidado e o afeto, pois um é demonstrado através do outro: há, por isso, um investimento sobre o sujeito estudante para que ele se torne responsável por si e, assim, venha a cuidar dos demais. Compreendemos, pois, que o cuidado e o governo de si é também um exercício de governo dos outros (FOUCAULT, 2010). A este exemplo, podemos mencionar as práticas dietéticas e econômicas da Grécia, descritas por Foucault (2015b): o cidadão, àquela época, tinha como dever para com a cidade cuidar de si, governar a si e gerir com maestria suas posses (incluía-se aqui a família – esposa e filhos – e escravos). Assim, as práticas de temperança alimentar, sexual e financeira reverberavam numa excelência de governo dos outros. Pensamos, pois, as duas postagens das figuras 1 e 2 como ressonâncias dessas práticas, dado que o sujeito estudante é incitado a praticar uma

economia das comunicações interpessoais, a gerir seus sentimentos e aflições, bem como a conduzir-se de modo precavido para, assim, proteger seus afetos.

Dando continuidade às nossas análises, passemos para a figura 3, também retirada do perfil @seduc_ceará. Nela, o discurso versa sobre a importância do estudo *on-line* e sobre como tal prática é crucial para o estudante responsável.

Figura 3: Postagem do perfil @seduc_ceara



Fonte: *Instagram*

Nessa materialidade discursiva, vê-se uma orientação para o aluno tornar-se responsável por seus estudos. Nesse sentido, argumentamos que a posição institucional da SEDUC-CE intenta produzir sujeitos que agem sobre si mesmos, regulando a noção de eficiência. Daí que pensamos em um sujeito estudante disciplinado, mas esse processo ocorre por meio de práticas de subjetivação, nas quais o sujeito toma-se a si mesmo, administra-se e gere a sua existência. A postagem incita, nesse sentido, a manutenção de um foco, de uma meta, prática essa notadamente empresarial e capitalista. Numa conjuntura histórica marcada pelo neoliberalismo, essa condução de si mesmo visando à produtividade é um axioma, notadamente na promoção de políticas educacionais.

De acordo com Gallo e Monteiro (2020), a escola está sendo direcionada à lógica do mercado, que tem como objetivo principal atender a demandas utilitaristas e imediatistas. Desse modo, a postagem do perfil @seduc_ceará agencia essa demanda de não perder o foco, mesmo num cenário tão caótico como o que estamos vivenciando. “O Brasil não pode parar”, dirá um *slogan* de uma campanha do governo federal que objetivava defender a abertura do comércio não essencial, assim que a maioria dos

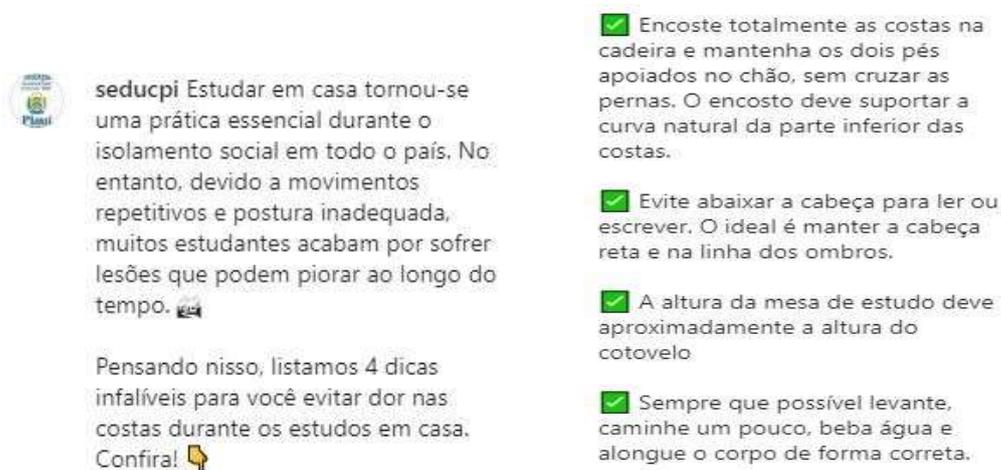
governadores decretaram medidas de distanciamento social. Esses discursos formam-se numa cadeia que faz funcionar a lógica neoliberal do “faça você mesmo”, travestida de uma suposta flexibilidade por meio da qual compete a cada um escolher seus percursos formativos numa concorrência e competitividade assustadoras, numa sociedade que, segundo Haroche (2011), é marcada pela desconfiança e pela avaliação constante.

A tomada da educação como exercício de responsabilidade e de alcances de metas é uma prática disciplinar que hierarquiza e rege o mínimo movimento do sujeito estudante. (FOUCAULT, 2014). O imperativo “*Mantenha o conteúdo em dia. Não perca o foco*” seguido da *hashtag* #NãoSãoFérias nos auxilia a pensar que o discurso da postagem admoesta, de modo disciplinar, uma prática de governamentalidade centrada na gestão de si com vistas ao alcance de metas. Intenta-se produzir, desse modo, um sujeito tão responsável quanto eficiente, tão focado quanto ciente de suas metas e a partir de um controle meticuloso do tempo. No esteio das mídias sociais, o emprego da *hashtag*, ou palavra-chave, serve para indexar um dizer, de modo a torná-lo localizável nos mecanismos de busca do *Instagram*, fazendo-o circular de modo mais volátil. A advertência contida na *hashtag* reverbera sentidos de diretividade sobre os estudantes em relação ao controle das atividades escolares em relação ao tempo, num domínio de memória de enunciados que são comuns ao modelo empresarial, conforme preconizado por Deleuze (2006). Assim, a nomeação do período como remoto se dá pela negação. Quer dizer, não são férias, ainda que a ida à escola esteja interdita. Mesmo assim, é preciso “manter o foco” num formato diferente e cumprir com as exigências das tarefas escolares. Nessa medida, tem-se o delinear de políticas educacionais com a agenda econômica, marca do neoliberalismo, “[...] um sistema de normas que hoje estão profundamente inscritas nas práticas governamentais, nas políticas institucionais, nos estilos gerenciais” (DARTOT; LAVAL, 2016, p. 30). Ainda nessa perspectiva, ponderamos com Rocha e Pizzi (2010, p. 21), quando dizem que a governamentalidade educacional “cria expectativas em torno da produção de um ensino voltado para atender a produtividade máxima, potencializando o chamado capital humano”.

Passemos à postagem expressa na figura 4. Trata-se de uma postagem da Secretaria de Educação do Piauí, na qual se constata algumas orientações aos estudantes sobre a prática do estudo domiciliar. A posição inicia fazendo um alerta aos estudantes sobre os movimentos repetitivos no âmbito das práticas de estudo que podem ocasionar desconfortos físicos. Ao mencionar isso, inicia, através de uma lista de quatro componentes, uma orientação minuciosa de como os sujeitos estudantes devem cuidar

de suas posturas durante as atividades domiciliares. Termos como *infalíveis* dão-nos a percepção de que a execução dos procedimentos orientados garante segurança e eficácia, daí que o discurso reverbera sentidos pedagogizantes e medicalizadores dos comportamentos, tal como argumenta Foucault (2008a).

Figura 4: Postagem do perfil @seducpi



Fonte: *Instagram*

É visível a regularidade do modo verbal imperativo em todos os quatro procedimentos: “*encoste*”; “*evite*”; “*deve*”; “*levante*”. Compreendemos o uso desses termos como meios de disciplinar os movimentos dos estudantes para tornar mais eficiente a consecução do estudo individual. Essa disciplina tem como foco o movimento corporal, a postura, as obrigações e o que não é recomendado e flagra-se a tomada de saberes médicos, para que tal orientação seja dada. Há todo um dizer especializado a permear a construção da postagem do perfil @seducpi a respeito da regulação ortopédica do corpo do sujeito estudante. Isso se expressa no modo considerado adequado para se sentar, na maneira como os membros devem se posicionar, a relação entre os membros e a mesa, além da necessidade de exercitar esse corpo. Daí vemos esse discurso como parte de estratégias biopolíticas, pois intenta preservar o bem-estar do sujeito estudante para que suas possibilidades de aprendizagem se ampliem.

É também uma prática disciplinar, pois se vale do detalhamento dos movimentos (“Encoste totalmente as costas na cadeira e mantenha os dois pés apoiados no chão, sem cruzar as pernas”) de modo a normatizar o ínfimo do ato de sentar-se. As sugestões (“Sempre que possível levante”) e precauções a serem tomadas (“Evite abaixar a cabeça para ler ou escrever”) marcam-se por uma pedagogia do movimento do estudante: o corpo é atravessado de cuidados, regras e procedimentos individuais. É nessa

perspectiva que percebemos o emaranhado das estratégias de disciplina, biopolíticas e de governamentalidade: o sujeito, sozinho em sua casa, deve ser gestor dos seus próprios movimentos, orientador de suas próprias ações (as devidas e indevidas), devendo, assim, disciplinar-se e governar o mínimo de seus instantes para estar saudável, produtivo e eficaz o máximo do tempo.

Para Foucault (1999), as tecnologias disciplinares são caracterizadas pelo controle preciso do tempo em que as atividades são realizadas e sobre o corpo do sujeito que impõe um gesto e uma atitude eficaz desse corpo. No caso em análise, tem-se um desejo de controlar esse corpo que não se encontra mais sob o jugo da instituição escolar, mas no ambiente domiciliar, no qual se aloja toda sorte de elementos que causariam a dispersão e a desconcentração. Onde reside o governo calculado em cuidar da saúde física desse corpo, por meio de um exame meticuloso da postura, da hidratação e de exercícios de alongamento.

Passando, finalmente, à quinta materialidade: temos aqui, um cartaz da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e nele há duas crianças debaixo do cobertor, com um livro em mãos. Ambas as crianças esboçam rostos surpresos e maravilhados com o livro cujo poder é representada por uma luz branca que resplandece sobre o rosto dos infantes. Com o título “Cuide-se na quarentena”, a postagem propõe-se a demonstrar os benefícios dos livros, a seguir enumerados: “*Estimula a criatividade*”; “*Faz viajar sem sair de casa*”; “*Expande o vocabulário*”; “*Amplia o conhecimento*”; “*Melhora a memória*”; “*Aumenta o foco e a concentração*”. Ao final, a postagem contém a *hashtag* #QuarentenaSaudável.

Figura 5: Postagem do perfil @seducsp



Fonte: *Instagram*

Assim como nas demais postagens que analisamos, reside nessa materialidade verbo-visual um imperativo de cuidado sobre o sujeito estudante. Há certa regularidade nos usos verbais nessas materialidades, com vistas a direcionar os comportamentos, os gestos e as atitudes dos sujeitos, disciplinando-os, capturando suas rotinas em práticas biopolíticas e os levando a práticas de exame e governo de si. Na figura 5, temos a prática da leitura como um instrumento através do qual o sujeito estudante pode se manter saudável. A saúde, nesse caso, é um conceito aplicado à imaginação, ao conhecimento e a capacidades sociocognitivas. Há, nesse sentido, uma expansão das estratégias biopolíticas da esfera do corpo para a mente, de maneira a objetivar esse sujeito e exercer um determinado controle sobre a saúde e o bem-estar.

Ademais, repousam, no discurso dessa postagem, representações discursivas em torno da leitura, concebidas como um bem e erigidas por meio de consensos, consoante assinala Salgado (2011, p. 151), “[...] supostamente nenhuma pessoa de bom senso questiona a importância da leitura e do livro na formação de cidadãos críticos e autônomos”. Ainda que haja uma certa opacidade nesse discurso sobre a leitura, ou seja, o ato de ler não é homogêneo. Desse modo, quando a postagem fala de benefícios dos livros, caberia indagar: livros de que? De ficção? Da literatura canônica? Livros de autoajuda? Livros escritos por youtubers? Livros para colorir? Vê-se, pois, que a prática de leitura é constitutivamente heterogênea e comporta uma miríade de possibilidades; contudo, o efeito de consenso a que aludimos diz respeito a dizeres cristalizados que encerram a leitura sob o prisma do campo literário. Nesse aspecto, fica mais ou menos estabelecido que esse tipo de leitura é considerado legítimo no campo institucional por meio do qual as estratégias de governamentalidade são engendradas.

Vemos que os verbos empregados para designar as benesses da leitura estão inscritos num campo de significação marcado por um efeito superlativo e de positividade (estimula, expande, amplia, melhora, aumenta). Esse efeito, conforme o discurso da postagem do perfil @sedusp, seria responsável por produzir sujeitos criativos, linguisticamente expressivos, imaginativos, concentrados e cognitivamente aperfeiçoados. Dessa maneira, há a produção de verdades acerca da leitura, as quais se ancoram em finalidades específicas que visam a governar o sujeito discente que se encontra em confinamento social. Para Foucault (2011), as artes de governar não existem sem a manifestação de uma verdade, de conhecimentos exatos acerca dos processos que caracterizam uma dada realidade social. De modo mais específico, a postagem arrola determinadas verdades a respeito da leitura, mostrando as razões que a tornam

importante, com o intuito de fazer funcionar técnicas que visam a conduzir e dirigir a conduta da população estudantil.

Na ótica cristã, o cuidado de si é também uma experiência perpetrada no plano da metafísica, da sensibilidade. Entendemos a orientação da leitura como hábito de saúde voltada aos campos do sensível, da subjetividade. O sujeito possui também uma *psique* que deve ser também tomada pelo cuidado. A leitura nessa materialidade é realizada sob a proteção de um cobertor, em um ambiente que simula o conforto e o aconchego. O discurso aqui se ancora num campo associado erigido entre o descanso e o lazer em conexão com a saúde dos sujeitos. As estratégias biopolíticas mobilizadas capturam o corpo do estudante para regular também seus momentos de descansos e seus divertimentos.

O incentivo à prática da leitura matiza-se por contornos disciplinares, biopolíticos e de governamentalidade. Na postagem em foco, a listagem dos benefícios saudáveis do ato de ler, bem como a nomeação dos ganhos (aumento do vocabulário; viajar sem sair de casa) intenta produzir comportamentos regulares, de efeito a longo prazo e cuja efetividade se dá na atenção calculada e eficaz do sujeito. A *hashtag* utilizada na postagem e o imperativo de cuidado que principia sua constituição revelam-nos a empreitada sobre o bem-estar dos estudantes, além de demonstrar como o sujeito é responsável por manter-se saudável à medida que permanece em isolamento social e se utiliza de práticas saudáveis (como a leitura) para manter-se psicologicamente equilibrado, mesmo em tempos de quarentena. Convém pensar, a partir de Pal Perbart (2015), que as estratégias de regulação da vida capturam o psiquismo, o corpo, a linguagem, e a comunicação; em suma “[...] os mecanismos de poder tomaram de assalto a vida em suas várias dimensões, dos genes à produção onírica” (PAL PERBART, 2015, p. 19).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisamos, no decorrer deste texto, a tríade disciplina, biopolítica e governamentalidade em postagens publicadas por perfis institucionais de secretarias estaduais na rede social *Instagram*, no decurso da pandemia da Covid-19 no Brasil. De acordo com o que pontuamos, a suspensão das aulas presenciais em todo o país representou uma série de desafios para as escolas e redes de ensino, as quais tiveram que lançar mão de uma variedade de estratégias para garantir o acesso dos discentes ao

ensino e à aprendizagem. A presença desses perfis na rede social antes mencionada, foco deste estudo, constitui uma atuação do governo na regulamentação da conduta dos discentes, de modo a valer-se das especificidades da *web* (uso de *hashtags*, postagens com imagens e dizeres chamativos) para efetivar a gestão educacional, a partir de relações de saber e poder que objetivam o sujeito aluno.

O estudo das postagens possibilitou observar o funcionamento de uma intrincada triangulação existente entre as tecnologias disciplinares, as estratégias biopolíticas e as táticas de governamentalidade. Embora não possamos delimitar, de maneira específica, os limites de cada vértice desse triângulo, é possível rastrear algumas passagens, fragmentos específicos, momentos localizáveis em que cada um deles se mostra com mais afinco. Dessa feita, há a atuação flagrante da disciplina quando as postagens recomendam como o aluno deve se portar, do ponto de vista corporal, para estudar. O exame meticuloso da conexão entre o corpo do aluno e os suportes, como mesas, a necessidade de adequar os espaços para não sentir desconfortos físicos são demonstrativos de efeitos de poder que atuam detalhadamente para a efetivação de um ensino domiciliar confortável. O mesmo se aplica às postagens que buscam admoestar os discentes a conceberem o período de isolamento social como uma excecionalidade que não anula as responsabilidades escolares, o que resulta no disciplinamento desse corpo e dessa subjetividade para não perder o foco.

Inevitavelmente, tais estratégias alinham-se à biopolítica, à gestão e à regulação da vida dos discentes e dos familiares. Nesse sentido, as postagens apregoam a necessidade de os discentes respeitarem as medidas de distanciamento social, com vistas a garantir e preservar a integridade física e mental. Além disso, os conselhos relativos ao autocuidado, seja por meio do fortalecimento de vínculos, seja por meio de representações benéficas da leitura, buscam assegurar a condição de saudabilidade desse corpo populacional num cenário que foge a qualquer normalidade. A partir dessa preocupação com aspectos que estão além do ensino e aprendizagem nos moldes formais, emulam-se uma diversidade de táticas que se propõem a governar as condutas estudantis, administrando os comportamentos, prevendo os riscos e calculando os eventuais desarranjos. Certamente todo esse processo não existe sem a produção de um discurso de verdade que torna necessário, premente e relevante o cumprimento dessas dicas e recomendações. Noutros termos, os dizeres das postagens, ainda que no imperativo, não se impõem como dogmas, não são constructos autoritários, nem se valem de ameaças, mas se caracterizam pelo tom de moderação, temperança e prudência. O

controle ocorre, portanto, de modo sutil e delicado. A governamentalidade da educação, no cenário pandêmico, por meio das secretarias estaduais, refina-se de técnicas ainda mais delgadas para gerir a massa amorfa que compõe os agentes dessa instância social. É necessário que assim o seja, pois, conforme indaga retoricamente Foucault (2011, p. 59), “[...] pode haver efetivamente um poder que se passaria sem jogos de sombras e de luzes, de verdade e de erro, do verdadeiro e do falso, do oculto e do manifesto, do visível e do invisível? Ou ainda, pode haver exercício de poder sem um [clarão] de verdade, sem um círculo aletúrgico que gira em torno dele e que o acompanha?”.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Um em cada quatro brasileiros não tem acesso à *internet*, 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/um-em-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-acesso-internet>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC). Brasília: MEC. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf> Acesso em: 13 fev. 2019.

CALOMENI, Teresa. O ronco surdo da batalha: poder disciplinar e biopolítica. In: RESENDE, Haroldo (Org.). *Michel Foucault: o ronco surdo da batalha*. São Paulo: Intermeios, 2018, p. 215-239.

COLOMBO, Sônia Simões *et al* (Org.). *Marketing educacional em ação: estratégias e ferramentas*. Porto Alegre: Bookman, Artmed, 2005.

DELEUZE, G. Pós-scriputm sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, G. *Conversações*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, p. 219-226, 2006.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

EHRENBERG, Alain. *O culto à performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa*. Trad. Pedro F. Bendassolli. Aparecida: Ideias & Letras, 2010.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. *Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-250.

FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito: Curso dado no Collège de France (1981-1982)*. Trad. Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 25. ed. Trad. Roberto Machado. São Paulo: Graal Edições, 2008a.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*: curso dado no *Collège de France*: (1978-1979). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. *O governo de si e dos outros*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Do governo dos vivos*: Curso no *Collège de France*, 1979-1980: excertos. Org. Nildo Avelino. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamè, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. 42.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1*: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2015a.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 2*: o uso dos prazeres. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2015b.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 3*: o cuidado de si. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2015c.

G1. A cada dez alunos, dois estão sem qualquer oferta de atividade escolar durante a pandemia, aponta levantamento, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/07/21/a-cada-dez-alunos-dois-estao-sem-qualquer-oferta-de-atividade-escolar-durante-a-pandemia-aponta-levantamento.ghtml>. Acesso em: 10 ago. 2020.

G1. Estudantes, pais e professores narram 'apagão' do ensino público na pandemia; em 7 estados e no DF, atividade remota não vai contar para o ano letivo, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/05/21/estudantes-pais-e-professores-narram-apagao-do-ensino-publico-na-pandemia-em-7-estados-e-no-df-atividade-remota-nao-vai-contar-para-o-ano-letivo.ghtml>. Acesso em: 14 jul. 2020.

GALLO, Sílvio. Políticas da diferença e políticas públicas em educação no Brasil, *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 31, n. 63, p. 1457-1523, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/36722/24901>. Acesso em: 7 jul. 2020.

GALLO, Sílvio Donizetti de Oliveira; MONTEIRO, Alexandrina. Educação menor como dispositivo potencializador de uma escola outra, *REMATEC: Revista de Matemática, Ensino e Cultura*, Belém, ano 15, n. 33, p. 185-200, 2020. Disponível em: <http://www.rematec.net.br/index.php/rematec/article/view/228/194>. Acesso em: 11 ago. 2020.

GONDRA, José G. Ciência e governo (geral, intensivo, suave e prolongado) dos professores. RESENDE, Haroldo (Org.). *Michel Foucault*: o ronco surdo da batalha. São Paulo: Intermeios, 2018, p. 161-176.

HAROCHE, Claudine. O inavaliável em uma sociedade da desconfiança, *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n.3, p. 657-676, set/dez. 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022011000300014>. Acesso em: 07 jul. 2020.

LOPES, Maura Corcini. (In)utilidade e exclusão: o extremo do neoliberalismo e o futuro do humano. In: RESENDE, Haroldo de (Org). *Michel Foucault: a arte neoliberal de governar a educação*. São Paulo: Intermeios, 2018, p. 143-156.

PAL PERBART, Peter. Políticas da vida, produção do comum e a vida em jogo, *Saúde Soc*. São Paulo, p. 19-26, 2015. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v24s1/0104-1290-sausoc-24-s1-00019.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

ROCHA, Paula Rejane Lisboa da; PIZZI, Laura Cristina Vieira. Governamentalidade e o projeto Educar/PE: neoliberalismo e capital humano em discussão, *Debates em educação*, Maceió, v. 2, n.4, jul/dez. 2010. Disponível em:

<<https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/558/294>>. Acesso em: 14 ago. 2010.

SALGADO, Luciana. A leitura como um bem: *slogan* e consenso. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. *Fórmulas discursivas*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 151-162.

UOL. Depressão entre brasileiros quase duplica durante quarentena, diz estudo. 2020.

Disponível em: <<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/05/05/depressao-brasileiros-isolamento-social-coronavirus.ht>>. Acesso em: 12 ago. 2020.

VASCONCELLOS-SILVA, Paulo R.; CASTIEL, Luis David. Covid-19, as *fake News* e o sono da razão comunicativa gerando monstros: a narrativa dos riscos e os riscos das narrativas, *Cad. Saúde Pública*, São Paulo, v. 36, n.7, p. 1-12, 2020. Disponível em:

<<https://www.scielosp.org/article/csp/2020.v36n7/e00101920/#>>. Acesso em: 28 ju